

# Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro

**Eduardo Meditsch**

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina  
Pesquisador do CNPq  
Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
[meditsch@cce.ufsc.br](mailto:meditsch@cce.ufsc.br)

**Mariana Segala**

Acadêmica de Jornalismo na UFSC  
Bolseira de Iniciação Científica do CNPq  
[mariana\\_segala@yahoo.com.br](mailto:mariana_segala@yahoo.com.br)

## Resumo

Este trabalho expõe os resultados de pesquisa sobre as vozes presentes nas notícias do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão – o telejornal com maior alcance e audiência no Brasil. A partir da análise de conteúdo de 232 matérias jornalísticas veiculadas em duas semanas estratificadas do jornal no segundo semestre de 2004, verificou-se a forma de identificação dos atores pelo telejornal, se a fala era intencionada ao programa ou não, a maneira como foi apropriada esta fala (citada ou gravada), o tipo e ramo de atividade dos falantes, o seu sexo e o tema predominante da matéria em que aparece. A pesquisa conclui que há, nas matérias jornalísticas do Jornal Nacional, uma forte polarização de vozes em duas vertentes: num extremo, os integrantes do governo, do Estado e das instituições públicas (30% das vozes) – na maioria homens que oferecem dados brutos e explicações aos jornalistas sobre temas sérios. Noutro, os cidadãos comuns (32,2% das vozes), mais homoganeamente distribuídos entre homens e mulheres, que servem, em geral, de elementos ilustrativos das matérias: dificilmente fornecem informações relevantes para a construção das notícias, mas estão fortemente presentes nelas.

## Palavras-chave:

Notícias / Fontes / Vozes / Jornal Nacional / TV Globo

## Abstract

This article brings research results about the voices that are present in the news of *Jornal Nacional*, from Rede Globo de Televisão – Brazil's most viewed newscast. From the content analysis of 232 journalistic pieces displayed on two stratified broadcast weeks in the second semester of 2004, actors from the pieces were described, as well as the institutions they represent, the types of speeches made, and the themes about which they express themselves. It has been concluded that there is, on the newscast, a strong polarization of voices in two groups. On one of the extremes, people from the government, the State and public institutions – in general, men that offer raw data and explanations about serious issues. On the other, common citizens, more homogeneously distributed by sex, showed as illustrative elements: even not offering relevant information for the construction of news, they are strongly present in them.

## Keywords

1. Newscast/ 2. Sources of information/ 3. Voices/ 4. Jornal Nacional

## Introdução

Para teóricos do jornalismo como Lorenzo Gomis (2004:106), ler notícias com inteligência é se perguntar quem contou o fato e com que interesse. Os indivíduos que fornecem informações aos jornalistas se constituem em elemento fundamental na construção das notícias, pois “a primeira fonte da realidade para as notícias não é a realidade tal como se mostra ou como aconteceu, mas encaixa-se na natureza e tipo de relações sociais e culturais que se desenvolvem entre jornalistas e suas fontes” (ERICSON, apud Santos, 1997:42).

Sendo que diferentes indivíduos fornecem diferentes dados, que variam de acordo com seus interesses e pontos de vista, considera-se importante conhecer quem são as pessoas que têm voz no jornalismo, bem como apreender as implicações da escolha das mesmas pelos profissionais da informação. “A função mediadora que o jornalismo assume – entre os diversos discursos produzidos na sociedade e o seu público – faz com que processe e absorva em seu conteúdo os atos de fala de diferentes atores sociais” (MEDITSCH, 2001:188). Desta forma, o gênero jornalístico é fortemente marcado pela intertextualidade e seus enunciados caracterizados, quase sempre, por um sentido polifônico: raramente é apenas o jornalista que fala, normalmente mescla sua fala com discursos de outrem que reproduz (FAIRCLOUGH, 1995:89). Nos meios eletrônicos, a intertextualidade polifônica do discurso jornalístico encontrou a sua forma atual de expressão numa segunda fase da história destes meios, com as possibilidades técnicas dadas pela universalização das telecomunicações e da gravação magnética (MEDITSCH, 2001:188).

O crescimento da proporção da inserção de falas nos enunciados do jornalismo audiovisual se dá por razões tecnológicas e organizacionais, e determina que a documentação dos tópicos incluídos na estrutura textual seja cada vez mais realizada através de

declarações. Este fenômeno têm conseqüências epistemológicas importantes, “uma vez que a função referencial do discurso jornalístico passa a ser confundida com uma função metalingüística: o discurso sobre fatos é substituído por um discurso sobre declarações. As declarações – os discursos de outrem – passam a mediar a relação entre o discurso jornalístico e os fatos” (MEDITSCH, 2001:205).

Neste contexto, analisar “quem é notícia” e “quem tem voz” no jornalismo torna-se fundamental para compreender que atores sociais realizam – e em que circunstâncias – esta mediação entre os fatos e o público, e as conseqüências desta situação. Este artigo traz resultados de análise de conteúdo que explora quais são as vozes presentes nas notícias do programa telejornalístico de maior alcance territorial e de público do Brasil: o Jornal Nacional, transmitido pela Rede Globo de Televisão diariamente, de segunda a sábado, na faixa das oito horas da noite, entre duas novelas de grande audiência. O Jornal Nacional é o meio pelo qual cerca de 40 milhões de brasileiros se informam diariamente – em alguns casos, o único meio de acesso a informações jornalísticas destas pessoas (BRUM & RONSINI, 2003). É o produto jornalístico de maior alcance e audiência no país, possuindo por isso um imenso potencial de definição da agenda e da opinião pública.

Para responder a pergunta de pesquisa “quais são as vozes presentes nas notícias do Jornal Nacional”, este trabalho se baseou na análise das notícias veiculadas em uma amostra estratificada de 12 edições, representativa de um ano de programação do telejornal (STEMPEL apud BAUER & GASKELL, 2001), para caracterizar os indivíduos que aparecem no programa, as instituições que representam, os tipos de fala que proferem e os temas sobre os quais se manifestam.

## Das fontes às falas

A presente pesquisa partiu da literatura que trata do conceito de *fonte de informação*, bem como dos critérios utilizados para a seleção das mesmas em uma dada peça jornalística, para num segundo momento problematizar a aplicabilidade deste conceito em pesquisas baseadas em análise de conteúdo, propondo a sua superação por outras categorias que também se referem a “quem fala” aos veículos de comunicação, como os de *vozes* e *atores* das notícias, que podem ser melhor avaliados por este tipo de análise.

Fonte de informação é a pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode estar envolvida, ser conhecedora ou ter testemunhado um acontecimento (TRAQUINA, 2001:104). Em geral, representa grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade (GANS, 2005:116). Villafañe amplia este conceito e, considerando a fonte lugar e origem da informação, inclui os documentos, meios de comunicação e instituições na classificação (apud SANTOS, 1997:39).

Para Traquina, o contato constante dos jornalistas com pessoas capazes de fornecer boa informação é um processo baseado na “compreensão e capacidade de conversação sobre interesses comuns até formar um clima de confiança” (2001:105). Isso permite que ambos - jornalistas e fontes de informação - se beneficiem: os primeiros, porque conseguem eficácia e validade para suas notícias; os últimos, porque tornam públicos seus atos e reforçam sua legitimidade. É a chamada *relação simbiótica*, pela qual os profissionais da informação garantem o fluxo de notícias e quem fornece a informação consegue publicidade própria (KUNCZIK, 2001:260).

Impossibilitados de relatar tudo o que acontece, aos jornalistas cabe selecionar alguns *atores* e *atividades*, das inúmeras opções que

se apresentam em cada situação. O resultado é um padrão recorrente de notícias sobre um pequeno número de *atores* e *atividades* (GANS, 2005:05). Tal processo de escolha e privilégio envolve uma série de questões que influenciam na opção do profissional, como a disponibilidade e o acesso facilitado às fontes, os processos de negociação entre elas e os jornalistas, a proximidade social e geográfica entre ambos, os jogos de poder e interesse, além das questões comerciais relativas à empresa de comunicação.

Fontes oficiais – entendidas como as relacionadas ao Estado, às empresas e às organizações (LAGE, 2001) – são as preferidas pelos jornalistas, o que pode estar relacionado à credibilidade que elas ou as instituições que representam adquirem com o tempo e à rotina jornalística. Se um jornalista se vê impedido de confirmar rapidamente uma história, se sentirá seguro pela honestidade que a pessoa ou a instituição inspira (TRAQUINA, 2001:106). A simbiose e a dependência do jornalismo em relação às fontes institucionalizadas já era apontada por Walter Lippmann: (1922).

A disponibilidade e interesse de indivíduos influentes os tornam mais prováveis de se transformarem em fontes, pois eles correspondem às necessidades de produção dos jornalistas. São maiores as chances deles participem de eventos notáveis e suas opiniões e ações interessarem a muitas pessoas, o que dá visibilidade aos fatos políticos (KUNCZIK, 2001:259). Jorge Pedro Sousa (1998) destaca a valorização das pessoas influentes como fornecedoras de informação, em detrimento do cidadão comum, o que impossibilitaria uma perfeita “polifonia social”. Analisando as notícias veiculadas, em uma semana, nos quatro jornais portugueses de maior tiragem, o pesquisador constatou que, em todos, pelo menos 60% das citações diretas (entre aspas) haviam sido proferidas por *fontes da elite* (membros do governos e dos poderes). Enquanto as *fontes da elite*

foram cobertas no exercício do poder, as outras foram focadas em manifestações e protestos – quando tentam se fazer notar.

Lorenzo Gomis considera que os políticos são a principal fonte interessada do jornalista, estejam eles no governo ou na oposição, seja mostrando que as coisas vão bem ou que vão mal (2004). Destaque-se, aí, a frequência com que autoridades do governo e presidentes de nações figuram entre os fornecedores de informação. Shoemaker e Reese (1996:182) ressaltam que os presidentes americanos são extremamente influentes no que a mídia cobre e têm acesso fácil aos meios de comunicação. Os autores destacam a experiência do ex-presidente Ronald Reagan (1981-1989), o “grande comunicador”, que soube trabalhar a imprensa a seu favor.

Nos Estados Unidos, o privilégio às fontes do governo parece ser regra também no telejornalismo. Pesquisa realizada pelo instituto de análise de mídia *Media Tenor Internacional* (2002), que considerou as matérias veiculadas nos telejornais *ABC World Tonight*, *NBC Nightly News* e *CBS Evening News* em todas as edições de 2001, confirma a hipótese. As vozes de Washington foram as mais ouvidas nos três programas: os políticos representaram 1 em cada 3 americanos citados nas matérias e mais de 1 em cada 4 pessoas citadas. Dos que tiveram a afiliação partidária identificada, 75% pertenciam ao Partido Republicano – na época, no comando da Casa Branca – e 24% eram do Partido Democrata. George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, representou 9% de todas as fontes.

Os *cidadãos comuns* e os pequenos grupos sem muita expressão dificilmente são contatados pelos jornalistas, que, às vezes, nem mesmo sabem da sua existência. Kunczik sustenta que “um indivíduo que carece de alguma posição especial na sociedade tem muito poucas possibilidades de tornar-se fonte de notícias” e as informações que fornecem tendem a ser questionadas com facilidade. Para se tornarem informantes de interesse jornalístico, estas pessoas

precisam surpreender os jornalistas com ações inusitadas, tais como manifestações e violência (2001:269). Ainda assim, os profissionais tenderão a procurar os dados junto às fontes autorizadas – como o presidente da associação de moradores de um bairro.

A proximidade social e geográfica das fontes é determinante para sua escolha, sendo que o acesso facilitado a um determinado indivíduo amplia as possibilidades de que ele seja consultado. Caso contrário, é provável que se opte por uma fonte oficial em substituição (SHOEMAKER & REESE, 1996:181). Outro ponto importante são as questões comerciais e administrativas relacionadas ao veículo de comunicação. A maneira com que se tratam as informações concedidas pelas pessoas pode dar margem a confrontos entre estas e os jornalistas ou a empresa, acarretando na perda da fonte e de anúncios – ambos fundamentais para a sobrevivência dos meios – e até processos por difamação (KUNCZIK, 2001:270).

A presença de certos grupos privilegiados na imprensa extrapola os limites institucionais e alcança as questões de gênero. Sousa (1998) concluiu, por exemplo, que as citações masculinas nos diários portugueses são predominantes em relação às citações femininas, tomando de 70% até 95% do espaço das matérias. No telejornalismo americano, 15% das fontes são mulheres, segundo o *Media Tenor Internacional* (2002). Até nas matérias sobre as políticas de gênero as mulheres são minoria, correspondendo a 43% das pessoas consultadas. O *gender gap* é confirmado no levantamento anual do Projeto pela Excelência no Jornalismo da Universidade de Columbia em 2005: mais de  $\frac{3}{4}$  de todas as peças jornalísticas pesquisadas têm fontes masculinas, enquanto apenas  $\frac{1}{3}$  têm pelo menos uma fonte feminina.

Pelas características das rotinas e processos envolvidos no trabalho dos jornalistas, pode-se dizer que um determinado grupo de pessoas, que costuma se repetir com o tempo, predomina nas

matérias jornalísticas. Correia argumenta que tem destaque o indivíduo que influencia ou conquista o profissional, ou apenas facilita seu trabalho “proporcionando-lhe materiais de boa qualidade informativa” (1997:149). Sob a ótica da noticiabilidade, Traquina diz que “as fontes são quem são porque estão diretamente ligadas a setores decisivos da atividade política, econômica, social ou cultural” (2001:103). Para Manuel Pinto, “do ponto de vista do público utilizador da informação, a explicitação do perfil das fontes tem constituído e continuará a constituir uma base importante da credibilidade da informação” (1999).

Segundo Shoemaker & Reese, “as fontes têm um efeito espantoso no conteúdo da mídia de massas, porque os jornalistas não podem incluir nos seus relatos o que não sabem” (1996:178). Contudo, nem sempre quem fornece a informação é explicitamente mostrado ou tem sua fala citada na notícia. Em certas situações, a conversa com a fonte de informação é útil, para que o jornalista compreenda melhor o contexto em que se desenrolam os fatos que deverá noticiar. Nestes casos, os dados obtidos podem estar presentes na matéria jornalística ou podem apenas servir para conhecimento pessoal do jornalista. Da mesma forma, quem concede as informações pode ser mencionado no texto ou, ainda, ser simplesmente omitido. O direito à preservação da identidade das fontes tem sido reconhecido no Ocidente como um componente da liberdade de expressão, até isso ter sido posto em causa pela Justiça dos Estados Unidos em 2005. O fato de não estar “aparente” não torna uma fonte menos importante do que outras, pelo contrário, em alguns casos a torna central. Por outro lado, há situações em que pessoas aparecem nas matérias jornalísticas sem dar informação propriamente dita. É o caso das enquetes, em que os entrevistados mais ilustram as notícias do que oferecem dados relevantes sobre o assunto abordado. São aparentes, mas não são propriamente fontes.

Diante desta problemática, alguns autores preferem outras denominações, que não fonte de informação, para designar as pessoas que aparecem nas matérias jornalísticas de forma mais adequada. Gans (2005) chama esses indivíduos de *atores*. Isabel Ferin da Cunha, em estudos recentes (2004), refere-se aos autores das citações diretas das notícias como *vozes*. Também Estrela Serrano (2002) chamou de *vozes* os políticos que apareceram na cobertura jornalística portuguesa das eleições presidenciais de 2001, em Portugal.

Norman Fairclough (1995:77) refere-se às *vozes* como as identidades de um indivíduo qualquer ou de um agente coletivo. Diz, ainda, que um item noticioso geralmente combina representações de discursos de diversas pessoas, criando uma *rede de vozes*. Também as *vozes*, assim como as fontes, estão sujeitas à hierarquização nas matérias jornalísticas:

“As matérias raramente são imparciais em relação às vozes representadas. Algumas são destacadas, outras marginalizadas. Algumas são usadas para enquadrar outras. Algumas são legitimadas ao serem citadas pelo apresentador ou pelo repórter, outras não. A equidade e o equilíbrio não podem ser apurados pela simples listagem de quais vozes estão representadas e, por exemplo, pelo espaço dado a cada uma delas; a rede de vozes é muitas vezes uma astuta ordenação e hierarquização de vozes”. (FAIRCLOUGH, 1995:81)

Diante do contexto exposto, é possível perceber a relevância de se ter conhecimento sistematizado sobre quem – e de que forma – aparece nas matérias jornalísticas. Embora os estudos sobre fontes de informação sejam fundamentais para a compreensão da importância dos diversos atores sociais na configuração do discurso jornalístico, nem sempre a aplicação do conceito tem sido adequada em estudos empíricos. Nas análises de conteúdo, por exemplo, o conceito de fonte torna-se problemático na medida em que nem todas as fontes utilizadas pelos jornalistas aparecem no discurso. Muitas dão

informações em *off*, ou simplesmente deixam de ser citadas por decisão do profissional. Portanto, no intuito de evitar equívocos conceituais, este trabalho adota a denominação de *vozes* para designar os indivíduos cujas citações diretas e indiretas aparecerem nas matérias jornalísticas estudadas ou são referidos no texto do jornalista. Serão, ainda, *vozes* as instituições citadas nas notícias como fornecedoras de informações. Os jornalistas e apresentadores não serão considerados entre as *vozes*, devido às limitações deste estudo, embora a análise de seu papel enquanto tal, na configuração do discurso jornalístico, sejam destacados por outra corrente de estudos (como em FISKE & HATLEY, 1978; HATLEY, 1982 e FISKE, 1987).

## **Metodologia Aplicada**

Esta pesquisa recorreu à análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Martin Bauer (2001:191) define análise de conteúdo como um método de análise de texto que produz “inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” e que implica em tratamento estatístico dos dados, servindo de “ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais” (BAUER & GASKELL, 2001: 193).

Integraram a amostra desta pesquisa as matérias jornalísticas veiculadas em 12 edições do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, totalizando 232 matérias. Como “matéria jornalística”, entendeu-se qualquer tipo de peça jornalística veiculada no Jornal Nacional, com exceção das charges, dos comentários e das previsões do tempo. As unidades de amostragem foram as *vozes* – indivíduos ou instituições – cujas imagens e falas apareceram nas matérias jornalísticas pertencentes à amostra. Também foram incluídos os que não apareceram, mas que foram citados no texto das matérias,

acompanhados de determinadas expressões características, quais sejam: *de acordo com; segundo; declarou; falou; afirmou;* entre outras que demonstrassem que o falante foi ouvido e teve voz. Documentos foram desconsiderados.

O tamanho da amostra se justifica a partir das conclusões de uma pesquisa realizada em 1952. Stempel analisou tematicamente grupos de 6, 12, 18, 24 e 48 números de um jornal durante um ano e comparou os diferentes resultados obtidos com os resultados do universo completo: as edições do ano todo. Ele concluiu que uma amostra de 12 edições é suficiente para conseguir uma estimativa confiável do perfil das notícias anuais de um jornal (BAUER e GASKELL, 2001: 197; SOUSA, 2004: 405).

A amostra consistiu de duas semanas construídas do Jornal Nacional. As gravações iniciaram no dia 11 de agosto de 2004, uma quarta-feira. A edição seguinte foi do dia 19 de agosto, correspondendo a uma quinta-feira. Depois, foi gravada a edição de sexta-feira da semana posterior e assim por diante, até a edição do dia 09 de novembro de 2004. Por problemas técnicos no último programa gravado, uma nova edição foi capturada no dia 12 de abril de 2005, de modo a completar a amostra. Utilizando a amostra estratificada – em vez de uma amostra corrida – é possível evitar distorções causadas, por exemplo, por algum “acontecimento que aumente ou diminua significativamente o número de notícias sobre o assunto que se está a estudar” (SOUSA, 2004: 404).

O referencial de codificação foi montado por dois codificadores, a partir de exemplos presentes na bibliografia consultada, bem como da observação empírica das edições do Jornal Nacional. Posteriormente, as categorias foram refeitas e todos os programas da amostra foram novamente assistidos. O referencial de codificação final e apresentado aqui é composto de oito categorias, quais sejam:

a) *Forma de identificação*, em que se verificou se as vozes foram

identificadas por meio de crédito, na locução ou se não foram explicitamente identificado; b) *Intenção da fala na matéria*, cujos valores identificam a intenção das vozes em falar com o jornalista ou se suas falas foram apropriadas; c) *Tipo de apropriação da fala*, em que a fala foi classificada como gravada ou citada; d) *Tipo de atividade*, em que se classificou a atividade social das vozes presentes na matéria jornalística; e) *Ramo de atividade*, uma subclassificação da categoria *Tipo de atividade*; f) *Tipo de fala*, que identificou o tipo de informação dada pelas vozes; g) *Sexo*; e h) *Tema predominante da matéria*.

No intuito de testar a confiabilidade do processo de codificação proposto e conferir validade a este estudo, foi utilizado um *teste de fiabilidade inter-codificadores*, proposto por Jorge Pedro Sousa (2004:57). O teste compara codificações realizadas por pessoas diferentes para um mesmo extrato da amostra da pesquisa. Tendo os dados, aplica-se a fórmula  $F = 2 * M / N1 + N2$ , em que F é o índice de fiabilidade, M é a quantidade de itens em que há acordo na codificação, N1 é a quantidade de itens classificados pelo codificador 1 e N2 é a quantidade de itens classificados pelo codificador 2. As categorias foram consideradas adequadas, pois os índices de fiabilidade resultaram em valores entre 0,86 e 0,98.

Os dados colhidos na análise de conteúdo das matérias jornalísticas do Jornal Nacional foram analisados com o auxílio do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 11, que foi utilizado para obter freqüências e cruzar os dados referentes às categorias.

## Resultados

Nas 12 edições consideradas na amostra desta pesquisa, o Jornal Nacional veiculou 232 matérias jornalísticas, e apareceram vozes em 159 delas. Em aproximadamente 31% das matérias (73), as pessoas que forneceram as informações não apareceram nem foram mencionadas e, portanto, os jornalistas assumiram os dados. Foram identificadas 407 vozes, sendo que mais de 80% delas eram de pessoas e o restante, de instituições.

Quanto à variável *Forma de identificação*, as vozes se distribuíram entre os valores: a) Identificada por crédito (letreiro): aquelas cuja identificação (em geral, nome e ramo de atividade que exerce) se deu com legenda escrita na parte inferior da imagem e aí se enquadraram mais da metade delas; b) Identificada na locução: vozes cuja identificação foi feita na locução dos jornalistas, compreendendo pouco menos de um terço dos casos; e c) Identificação não explicitada: refere-se às vozes que aparecem na matéria ou cujas informações são citadas, sem que sejam explicitamente identificadas, correspondendo a cerca de um quinto de todas as vozes.

Para a variável *Intenção da fala na matéria*, encontraram-se os seguintes resultados: 274 vozes estavam intencionadas (67,3%), ou seja, levando-se em consideração elementos como a direção do olhar do entrevistado, a presença de microfone da emissora na imagem e a locução da matéria, percebeu-se que a pessoa tinha a intenção de conceder determinadas informações para o repórter ou o programa. As restantes (32,7%) tiveram suas falas apropriadas, o que significa que apareceram ou foram mencionadas na matéria mesmo não tendo necessariamente a intenção de falar ao Jornal Nacional. Quanto à *Forma de apropriação da fala*, mais de três quartos tiveram as falas gravadas e o quarto restante teve as falas apenas citadas.

A variável *Tipo de atividade*, em que se classificaram as atividades sociais das vozes presentes nas matérias jornalísticas, apresentou os resultados expressos na Tabela 1:

**Tabela 1 – Vozes: Tipo de atividade**

	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Governo/Estado/Instituições públicas	145	35,6
Entidades independentes	27	6,6
Iniciativa privada	25	6,1
Indivíduos não vinculados a instituições	210	51,6
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>100</b>

Afora os indivíduos sem qualquer vínculo identificado com instituições, que representam mais da metade de todas as vozes, os membros e representantes do governo foram os mais numerosos, correspondendo a quase três vezes a quantidade de representantes de entidades independentes e da iniciativa privada juntos.

De forma a especificar as atividades exercidas pelas vozes que apareceram nas matérias, elas foram classificadas também de acordo com seu *Ramo de atividade*, uma sub-classificação do *Tipo de atividade*.

**Tabela 2 – Vozes: Ramo de atividade**

	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Cidadão Comum	131	32,2
Poder Executivo	56	13,8
Atletas , Clubes e Entidades Esportivas	49	12
Polícia / Forças Armadas	29	7,1
Profissionais e especialistas	22	5,4
Poder Legislativo	20	4,9
Empresas	19	4,7
Sindicatos / Associações de classe / ONGs / Igrejas	18	4,4
Poder Judiciário	17	4,2
Institutos de Pesquisa	15	3,7
Outros	31	7,6
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>100</b>

Aqui, fica clara a predominância dos Cidadãos Comuns (pessoas sem vínculos declarados com quaisquer instituições e sem especificações, que podem ser substituídas por outras sem prejuízo para a matéria jornalística) entre as vozes que apareceram no Jornal Nacional. Em seguida, integrantes do estado e o governo, com prevalência do Poder Executivo (incluindo presidentes, governadores, prefeitos, ministros e outras entidades ligadas diretamente à administração pública) que, se somados aos dos demais poderes (Legislativo e Judiciário), à Polícia e às Forças Armadas, perfazem um total de 122 vozes, ou 30% do total. Note-se que os Atletas, Clubes e Entidades Esportivas foram bastante numerosos, passando a quantidade de vezes que membros de Empresas, Sindicatos, Associações de Classe, ONGs , Igrejas, Institutos de Pesquisa e outros ramos de atividades, que não ultrapassaram 5% das vozes presentes nas peças jornalísticas.

Se forem analisados os *Ramos de atividades* das vozes que aparecem em cada *Tema dominante* das matérias – categoria que

corresponde, basicamente, às editorias clássicas de um jornal brasileiro – é possível perceber algumas tendências. As matérias de “geral”, por exemplo, apresentam maioria quase absoluta de “cidadãos comuns” como vozes (48%). Também nas de “política” predominam “cidadãos comuns” (30%), embora a distribuição por ramo de atividade seja mais homogênea. Nas matérias de “esporte”, os “atletas” alcançam um índice de 70% entre as vozes que aparecem. Nas “internacionais”, são os integrantes do “poder executivo” que prevalecem 37%, assim como nas de economia (20%). Nas matérias “policiais”, sobressaem as vozes da própria polícia (44%) e nas “culturais” há um empate entre “profissionais independentes”, “poder legislativo” e “poder judiciário” (27% cada).

Cabe aqui contrastar que tipo de informação – *Tipo de fala* – as vozes de cada *Ramo de atividade* forneceram ao jornalista.

**Tabela 3 – Ramo de Atividade X Tipo de fala**

	Trechos de discursos	Opinião Enquete Comentário	Explicação Interpretação Justificativa	Fornecimento de dados	Manifestação de perspectiva Posicionamento	Testemunho	Total
Executivo	17	11	10	11	7	-	56
Legislativo	7	3	4	4	2	-	20
Judiciário	-	2	2	13	-	-	17
Empresas	3	1	8	5	1	1	19
Institutos de pesquisa	-	1	3	11	-	-	15
Atletas	1	21	10	-	15	2	49
Sindicatos ONGs	4	2	6	4	2	-	18
Polícia	1	1	11	14	2	-	29
Profissionais independentes	-	3	11	4	1	3	22
Entidades de serviços básicos	-	4	6	2	1	-	13
Cidadão Comum	4	91	7	1	6	22	131
Outros	4	2	5	5	1	1	18
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>142</b>	<b>83</b>	<b>74</b>	<b>38</b>	<b>29</b>	<b>407</b>

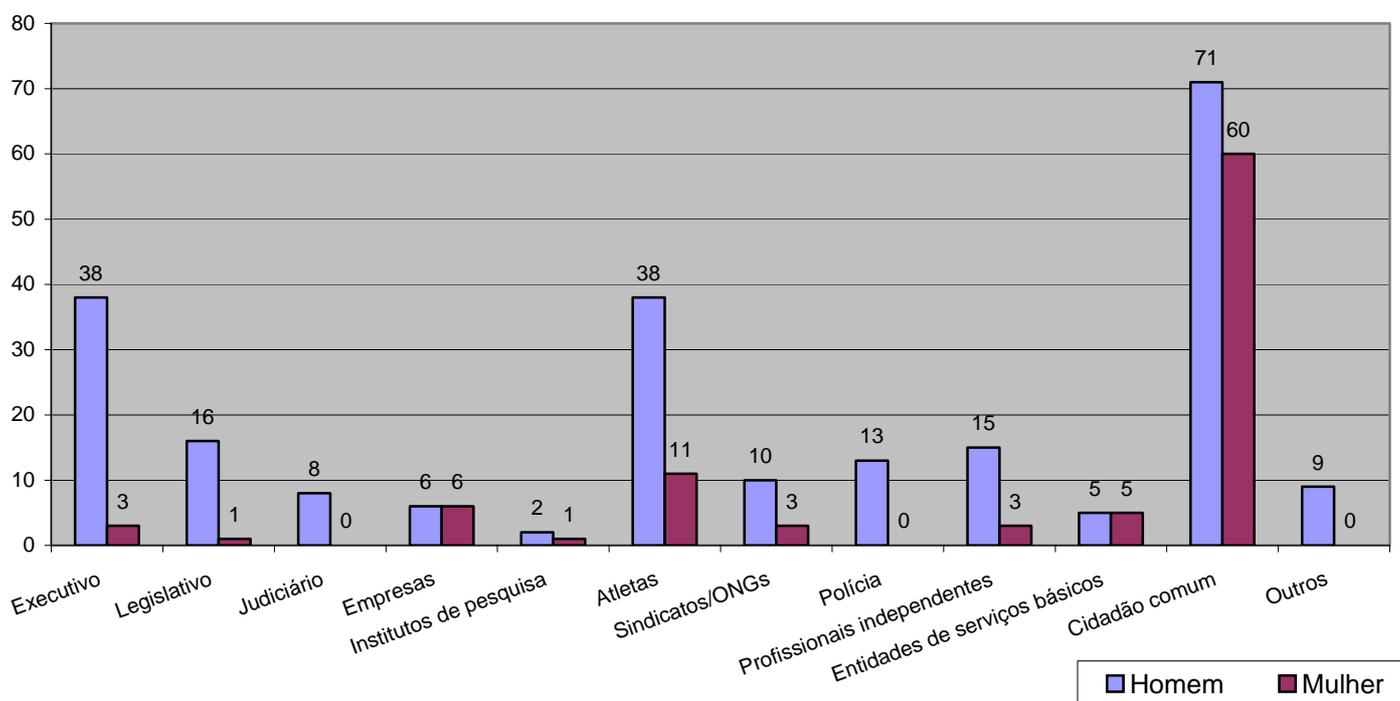
Observa-se que o *Tipo de fala* predominante é a “opinião” (cerca de 35% das falas), em que se enquadram julgamentos pessoais a respeito do assunto da matéria. Compreende, ainda, manifestação de pontos de vista por meio de sondagens públicas de opinião (as enquetes) e observações e ponderações que expressam críticas. Os “cidadãos comuns” são os maiores emissores de opinião, seguidos dos “atletas”. O segundo tipo de fala mais comum é a “explicação” (aproximadamente 20% do total), que se refere às situações em que a voz esclarece acontecimentos ou traduz dados brutos para o contexto da matéria. Abrange, ainda, explicações de causas e efeitos dos fatos citados na peça jornalística. Neste valor, sobressaem as vozes da “polícia” e dos “profissionais e especialistas

independentes" (não vinculados a quaisquer instituições). Em seguida, vêm os casos de "fornecimento de dados" (18,2%), que compreendem informações brutas, em que não se expressam pontos de vista. Aí, novamente, predomina a "polícia", acompanhada das vozes do "poder judiciário", do "poder executivo" e dos "institutos de pesquisa". Os "trechos de discursos" (cerca de 10%) – fala proferida para um certo público, apropriada pelo repórter e inserida na matéria, sendo que a voz não tem necessariamente a intenção de manifestar-se para o jornalista – são, na maioria dos casos proferidos por integrantes do "poder executivo". Já as "manifestações de perspectivas" (9,3%) – falas que expressam uma intenção para acontecimento futuro e provável, mas ainda afastado temporalmente – predominam entre os "atletas". Por fim, os "testemunhos" (7,1%), que são os relatos, depoimentos e declarações sobre situações reais ou a narração de acontecimentos presenciados, são, em geral, dados também pelos "cidadãos comuns".

Outro aspecto interessante diz respeito à distribuição das vozes do Jornal Nacional por sexo. Foi possível identificar o sexo de 324 das 407 vozes quantificadas. As restantes eram instituições ou grupos de pessoas e, portanto, o conceito não se aplicava. Mais de 70% das vozes eram de homens (231) e 28,7% (93), de mulheres.

O gráfico seguinte mostra a distribuição de homens e mulheres por *Ramo de atividade*.

o 1 – Distribuição de homens e mulheres por ramo de atividade



Observa-se que, com exceção dos representantes de “empresas” e de “entidades de serviços básicos”, os homens predominaram em todos os outros *Ramos de atividade*, com destaque para os integrantes dos poderes “executivo”, “legislativo” e “judiciário” – ou seja, o estado de uma forma geral. Nestes valores, as diferenças foram mais expressivas. Entre os “cidadãos comuns”, a distribuição foi mais equilibrada, embora os homens tenham sido a maioria. Note-se que enquanto quase 65% das vozes femininas foram classificadas como “cidadãos comuns”, não mais que 30% das masculinas se enquadraram nesta categoria. A distribuição de homens e mulheres por *Ramo de atividade* está diretamente relacionada com o *Tipo de fala* proferida por cada um dos sexos. Assim, quase 57% das falas das mulheres são “opiniões” enquanto cerca de 36% das falas masculinas foram classificadas neste valor.

## Discussão e Conclusões

Os resultados da pesquisa mostram que há distribuições desiguais das vozes do Jornal Nacional em relação aos aspectos quantificados, com destaque para as variáveis *Tipo de atividade*, *Ramo de atividade*, *Tipo de fala*, *Sexo* e *Tema dominante da matéria*. Cabe lembrar que, segundo Wolf (2001), as fontes não são “todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído”.

Um aspecto interessante a se notar é a expressão do grupo de “cidadãos comuns”, na categoria *Ramo de atividade*, como vozes que apareceram no Jornal Nacional. Representam, sozinhos, mais de 32% das vozes caracterizadas. Por pouco, ficam atrás de todas as vozes provenientes do governo, do Estado e das instituições públicas – as quais, juntas, correspondem a pouco mais de 35% do total. No Jornal Nacional, o “cidadão comum” aparece com mais frequência que nos telejornais noturnos americanos de maior audiência (*ABC World News Tonight*, *CBS Evening News* e *NBC Nightly News*), em que o “americano qualquer” é responsável por cerca de 20% das citações (*Media Tenor International*, 2002). Os dados do instituto norte-americano correspondem aos encontrados por Herbert Gans em seu estudo clássico das décadas de 60 e 70, em que os “desconhecidos” obtinham um quinto do tempo disponível nos telejornais *CBS Evening News* e *NBC Nightly News* (2005:13). Já nos quatro jornais diários portugueses de maior tiragem, entre 20% e 40% das citações são proferidas por “pessoas desconhecidas ou pouco conhecidas” (SOUSA, 1997), categoria que permite fazer uma analogia com a de “cidadão comum” proposta neste trabalho.

A presença de vozes classificadas como “cidadãos comuns” no JN pode estar relacionada com as características próprias do meio televisivo. Analisando resultados de pesquisa realizada pelo projeto

*Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Rogério Santos diz que enquanto a imprensa busca informações junto a autoridades, a televisão procura rostos. Nas notícias sobre a imigração em Portugal (objeto daquele estudo), a TV mostra, como atores, imigrantes e populares, e o governo aparece somente em 5º lugar. Nos jornais impressos, sobressaem o governo em geral ou o seu Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SANTOS in CUNHA et al 2004:165-6). O pesquisador ressalta que “as notícias de televisão dão mais relevo às pessoas populares e anônimas, apesar de seguirem mais de perto as agendas das fontes oficiais, e os jornais ouvem mais as autoridades, mas contam mais estórias de interesse humano”.

A questão colocada por Santos pode ser relacionada com os resultados encontrados neste estudo para a categoria *Tipo de fala*. Enquanto as “explicações” e os casos de “fornecimento de dados” estão mais homogeneamente distribuídos por *Ramo de atividade*, as emissões de “opinião” têm predomínio absoluto dos “cidadãos comuns”. Na maior parte das vezes, eles aparecem como participantes de enquetes ou como personagens ilustrativos. Isso explica, por exemplo, como até mesmo nas matérias de “política” os “cidadãos comuns” tenham superado as categorias “poder executivo” ou “legislativo” isoladamente. Como parte das edições pertencentes à amostra desta pesquisa foram gravadas durante o período eleitoral de 2004 (eleições municipais) – assunto que foi pauta constante, – a tendência de os jornalistas realizarem matérias sobre pesquisas de opinião, com a participação dos “cidadãos comuns”, em enquetes, influenciou nos resultados apurados.

Não se pode deixar de comentar a grande quantidade de vozes provenientes do “governo, Estado e instituições públicas” caracterizadas nesta pesquisa, correspondendo a 145 das 407 encontradas. Essa tendência já foi fartamente demonstrada em uma série de estudos sobre o *newsmaking*. Gans afirma que, embora se

considere que o jornalista pode conseguir informações com pessoas de qualquer lugar, na prática a escolha das fontes reflete as hierarquias da nação e da sociedade (2005:119). Por isso, é tão comum que integrantes dos governos tenham voz de forma facilitada. Hornig, Walters e Templin, em pesquisa realizada em 1991 sobre a cobertura jornalística de desastres ambientais, perceberam, por exemplo, que os jornalistas tinham propensão a confiar mais nos membros do governo do que nos técnicos especialistas, mesmo frente ao fato de que os últimos detinham maior autoridade para informar com precisão científica (apud SHOEMAKER & REESE, 1996:181).

Destaca-se na presente pesquisa a predominância do “poder executivo” entre as vozes do governo – cerca de 38% de todas. Ainda se tratando do “poder executivo”, um aspecto peculiar é o fato de que a maior parte das suas falas (30,3%) são “trechos de discursos”, o que implica que, em geral, estas pessoas não têm necessariamente intenção de dar informações aos jornalistas (ou, por outro lado, em alguns casos sabem que tudo o que dizem em público pode virar notícia). Suas palavras são aproveitadas para preencher espaços nas matérias e tirar dos ombros do repórter a responsabilidade de reproduzir as informações nas locuções. A preponderância do executivo no noticiário de um país presidencialista, contrastando com o que ocorre no contexto do parlamentarismo europeu, já havia sido observada por Hallin & Mancini (1984).

Ao mesmo tempo, é patente a pouca representação da “iniciativa privada” e das “entidades independentes” – em que se enquadram, basicamente, sindicatos, associações de classe e ONGs, ou a sociedade civil organizada – como vozes no Jornal Nacional. Mais especificamente quanto à “iniciativa privada”, o resultado demonstra que ainda não faz muito efeito, no principal telejornal do país, a tendência crescente das empresas utilizarem serviços de assessorias de imprensa e comunicação, cujo esforço é tentar “plantar”

continuamente matérias nos jornais – processo que Manuel Pinto chama de *institucionalização das fontes* (1999). No caso do Jornal Nacional, o princípio de que “se a mídia não vai a eles, eles vão até a mídia” (SHOEMAKER & REESE, 1996:180) parece não ter muita eficácia.

Cabe ainda discutir a distribuição discrepante das vozes do Jornal Nacional por gênero, sendo que a maioria absoluta delas são de homens. Em grande parte, isso se deve à organização social existente no Brasil, onde a maioria dos cargos públicos ou das posições de destaque são ocupados pelos homens. Como, de acordo com a bibliografia já citada, essas pessoas têm acesso aos jornalistas por causa da sua autoridade, fica claro que tenderão a aparecer mais. A distribuição por sexo das vozes provenientes dos poderes “executivo”, “legislativo” e “judiciário” demonstra essa proposição, contrastando com a dos “cidadãos comuns”, que é menos desequilibrada. Jorge Pedro Sousa destaca que também nos jornais portugueses a quantidade de citações masculinas é bastante superior às femininas, “o que mostra bem como o jornalismo português, enquanto construtor da realidade social e das imagens que se possuem dessa realidade, pode diminuir simbolicamente o contributo das mulheres para a edificação coletiva da sociedade” (1997).

Por outro lado, a maior parte das mulheres que aparecem no Jornal Nacional está classificada como “cidadão comum”, fato constatado também na já citada pesquisa do instituto de análise de mídia *Media Tenor Internacional* (2002) sobre o telejornalismo noturno americano. As mulheres representaram 40% dos “cidadãos quaisquer” nas notícias. Na voz de Ina Howard, pesquisadora do instituto:

“Isso reflete uma tendência de citar os homens como a imensa maioria das vozes autorizadas, enquanto apresenta as mulheres como não-especialistas; as mulheres constituem apenas 9% das vozes

políticas e profissionais apresentadas. Mais da metade das mulheres que aparecem nas notícias (52%) foram apresentadas como cidadãs comuns, enquanto apenas 14% das fontes masculinas o eram.” (HOWARD, 2002)

Como consequência de cerca de 65% das mulheres estarem entre os “cidadãos comuns” também no Jornal Nacional, suas falas em geral são emissões de “opiniões”, seguidas dos “testemunhos”. Há apenas um caso de “fornecimento de dados”, exceção que confirma a regra apurada na pesquisa de Howard. O mesmo fato explica porque a maior parte das mulheres é voz nas matérias “gerais”, já que é neste tema que se concentram os “cidadãos comuns”.

Percebe-se que há, nas matérias jornalísticas do Jornal Nacional, uma forte polarização de vozes em duas vertentes: num extremo, os integrantes do governo, do Estado e das instituições públicas – na maioria homens que oferecem dados brutos e explicações aos jornalistas. Noutro, os cidadãos comuns, mais homogeneamente distribuídos entre homens e mulheres, que servem, em geral, de elementos ilustrativos das matérias. Dificilmente fornecem informações relevantes para a construção das notícias, mas estão fortemente presentes nelas. Os resultados desta pesquisa, desta forma, confirmam em relação também às vozes, a observação de Wolf (2001) de que “a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento reflete, por uma lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos processos produtivos”.

Este fenômeno de polarização, tão evidentemente marcado nesta pesquisa, aponta para a necessidade de realização de outros estudos, que mostrem quais são as principais diferenças entre um e outro tipo de vozes. Seria interessante abordar questões como o tipo de imagem destas pessoas e grupos sociais que o Jornal Nacional

ajuda a construir, a partir da forma com que aparecem nas matérias jornalísticas.

Em linhas gerais, a análise de conteúdo aqui relatada confirma tendências relatadas em pesquisas realizadas em diversos outros contextos, quer sobre a questão das fontes, quer sobre a das vozes, no jornalismo em geral e particularmente no telejornalismo, que já foram incorporadas à literatura da teoria do jornalismo. No entanto, uma perspectiva comparativa mais acurada poderá demonstrar diferenças que não devem ser desprezadas, e que poderão ser melhor desveladas a partir da utilização simultânea de outras metodologias, especialmente as qualitativas.

## Referências:

- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (2003) - *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- BRUM, Marciele Rodrigues de; RONSINI, Veneza V. Mayora (2003) - O Repórter dos 30, 31, talvez 40 milhões de brasileiros. In *Jornalismo além da notícia*. 1ª ed. Santa Maria: FACOS – UFSM. p. 77-95.
- CORREIA, Fernando (1997) – *Os Jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CUNHA, Isabel Ferin da [et al.] (2004) - *Media, imigração e minorias étnicas*. 1ª ed. Lisboa: ACIME.
- FAIRCLOUGH, Norman (1995) - *Media discourse*. 8<sup>th</sup> ed. London: Arnold.
- FISKE, John (1987) - *Television culture*. London: Methuen.
- FISKE, John; HARTLEY, John (1978) - *Reading television*. London: Methuen.
- GANS, Herbert (2005) - *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Reimpr. Evanston: Northwestern University Press.
- GOMIS, Lorenzo (2004) - Os Interessados produzem e fornecem os fatos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis. 1:1 (Abr.) p. 102-117.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (1984) - Speaking of the President: political structure and representational form in US and Italian Television News. *Theory and Society*. 13:6 (Nov.).
- HARTLEY, John (1982) - *Understanding news*. London: Methuen.
- HOWARD, Ina (2002) - Power sources: on party, gender, race and class, TV news looks to the most powerful groups. *Extra!* New York. (May/June).  
Disponível em <[www.fair.org/extra](http://www.fair.org/extra)>. Acesso em: 10 set. 2004.

- KUNCZIK, Michael (2001) - *Conceitos de Jornalismo*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP.
- LAGE, Nilson (2004) - *Fontes e fontes*. Florianópolis.  
Disponível em <[www.jornalismo.ufsc.br](http://www.jornalismo.ufsc.br)>. Acesso em: 13 nov. 2004.
- LIPPMANN, Walter (1922) - *Public opinion*. [S. l.] : The Macmillan Company.
- MEDITSCH, Eduardo (2001) - *O Rádio na era da informação*. Ed. brasileira. Florianópolis: Insular/Edufsc.
- PINTO, Manuel (1999) - Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. In ENCONTRO LUSÓFONO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 3º, Braga, 1999 - - *Anais...* Braga.
- SANTOS, Rogério (1997) - *A Negociação entre jornalistas e fontes*. 1ª ed. Coimbra: Minerva.
- SERRANO, Estrela (2002) - Presidenciais 2001: temas e vozes na cobertura jornalística da campanha eleitoral. *Media & Jornalismo*. 1:1. 83-99.
- SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephan D. (1996) - *Mediating the message : theories of influence on mass media content*. 2<sup>nd</sup> ed. Longman Publishers USA.
- SOUSA, Jorge Pedro (1998) - *Diários portugueses: que espaço para o cidadão comum?* Porto.  
Disponível em <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)>. Acesso em: 15 set. 2004.
- (2004) - *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia*. 1ª ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- (2004) - *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. 1ª ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- TRAQUINA, Nelson (2001) - *O Estudo do jornalismo no século XX*. 1ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos.